



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## TRANSFORMAÇÕES URBANAS E MINERAÇÃO EM MINAÇU – GO: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL

*Kálita Cristina Cunha Silva<sup>1</sup>*

*Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (PPGEO-UEG)*

*Tathiana Rodrigues Salgado<sup>2</sup>*

*Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG*

*Thálita Cristina Cunha Silva<sup>3</sup>*

*Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (PPGEO-UEG)*

### INTRODUÇÃO

A mineração tem desempenhado um papel primordial na formação e reorganização dos territórios, configurando-se não apenas como um vetor de dinamização econômica e expansão urbana, mas também como um agente transformador profundo das relações sociais, ambientais e espaciais. A mineração cria uma dependência estrutural nos municípios mineradores, condicionando seu desenvolvimento econômico, social e territorial a ciclos de exploração que frequentemente reproduzem desigualdades e vulnerabilidades.

De acordo com Santos (2023), a mineração implica uma rede de interações entre capital, trabalho, meio ambiente e poder, que influencia a configuração dos espaços urbanos e rurais, bem como as dinâmicas populacionais. Essa atividade econômica não se restringe apenas à extração dos recursos minerais, mas envolve também processos de apropriação territorial, reestruturação social e transformações ambientais. Como destaca Acselrad (2004), a organização social do espaço resulta das formas de apropriação da natureza e das relações sociais que se estabelecem nos processos produtivos, influenciando tanto a configuração urbana quanto a produção de conflitos socioambientais, refletindo as desigualdades e tensões existentes na sociedade.

O município de Minaçu - GO, constitui um exemplo emblemático desse tipo de formação territorial. Sua origem está relacionada à implantação e ao desenvolvimento da SAMA – S.A. Mineração de Amianto, instalada na região da Serra da Cana Brava. A criação do povoado que deu início ao município ocorreu a partir da doação de terras por moradores locais, impulsionada pela chegada de um empreendimento de grande escala que reconfiguraria profundamente o espaço local.



O nome “Minaçu”, de origem tupi-guarani, significa “Mina Grande”, evidenciando a centralidade da mineração na identidade territorial do município. Embora a SAMA tenha sido fundada em 1939, foi somente após a descoberta da jazida de amianto em 1962, confirmada pela expedição geológica liderada pelo Dr. J. Milewski. Assim, intensificação do povoamento ocorreu a partir de 1965, com a autorização para pesquisa mineral, que foi consolidada em 1967, com a instalação da usina piloto (Prefeitura Municipal de Minaçu, 2025).

Entretanto, o desenvolvimento impulsionado pela mineração apresentou contradições típicas de economias dependentes de grandes empreendimentos extrativistas. Ao mesmo tempo em que promoveu dinamização econômica, geração de empregos e expansão da infraestrutura urbana, também produziu impactos ambientais relevantes, como alterações na paisagem natural, riscos de contaminação e modificações nos recursos hídricos. Soma-se a isso a fragilidade socioeconômica que se tornou evidente com o declínio da atividade mineradora, revelando um modelo de crescimento pouco diversificado e suscetível às oscilações do setor.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos socioambientais provocados pela atividade mineradora no processo de transformação urbana do município de Minaçu, identificando as contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento mineral. Além disso, buscou-se compreender como a atividade de extração mineral moldou o território de Minaçu. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica, análise documental, sistematização de dados socioeconômicos e ambientais e observação das transformações territoriais ao longo do tempo. Essa abordagem permite compreender de forma ampla como a mineração reestruturou o espaço urbano e influenciou a distribuição populacional.

Portanto, as discussões desenvolvidas ao longo do estudo demonstram que as transformações urbanas de Minaçu são indissociáveis da presença da mineração, que atuou como agente estruturador do território. O estudo demonstra que a mineração desempenha um papel essencial na configuração territorial e socioeconômica de Minaçu, exercendo forte influência no ordenamento urbano. Contudo, evidenciam também a vulnerabilidade decorrente da dependência dessa atividade, especialmente após seu declínio, quando o município passou a enfrentar dificuldades socioeconômicas e ambientais. Desse modo, conclui-se que compreender o processo histórico e socioambiental de Minaçu é fundamental para subsidiar políticas de planejamento urbano sustentável, e mitigação dos impactos deixados pela mineração.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

O município de Minaçu está localizado no Brasil no norte do estado de Goiás, a aproximadamente 471 km de Goiânia e 370 km do Distrito Federal. Os municípios que fazem divisa com Minaçu são Campinaçu, Cavalcante, Colinas do Sul, Campinorte, Trombas e Montividiu do Norte (Figura 1). Segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui 27.075 habitantes distribuídos em uma área de 2.860,735 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). Sua emancipação política ocorreu em 1976, após a realização de um plebiscito favorável e a promulgação da Lei Estadual nº 8.085, que elevou a localidade à categoria de município. Minaçu destaca-se como um importante polo regional, exercendo influência econômica e social sobre essa porção do território goiano (Prefeitura Municipal de Minaçu, 2025).

Nota-se que o crescimento populacional e urbano em Minaçu, ao longo das últimas décadas esteve fortemente associado à atividade mineradora, que estruturou a economia local e reorganizou o espaço urbano, intensificando os fluxos populacionais e estimulando novas dinâmicas de uso e ocupação do solo.

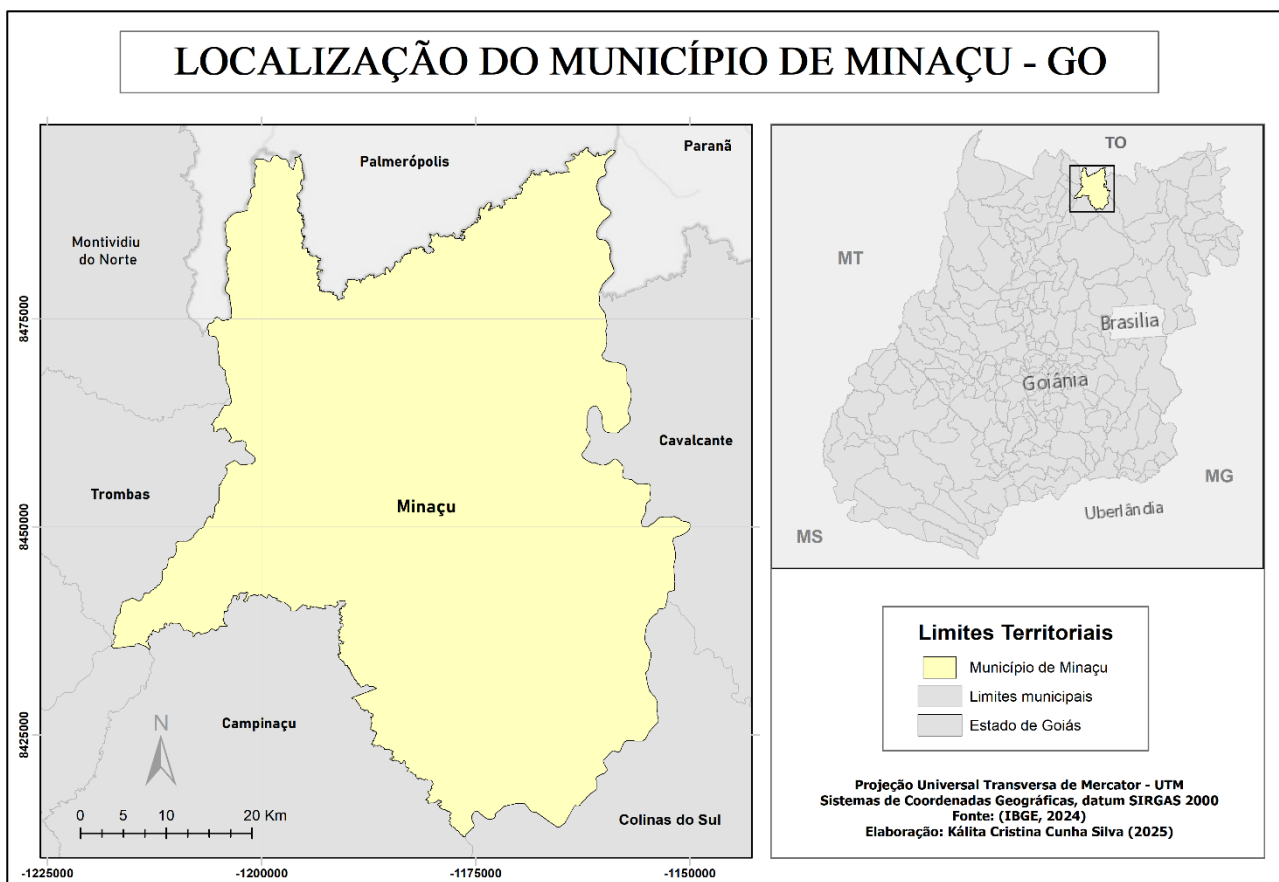


Figura1: Localização do município de Minaçu, GO

Fonte: IBGE (2024). Elaboração: Kálita Cristina Cunha Silva (2025)



O processo de urbanização no Brasil é marcado por grandes desigualdades socioespaciais, expressas por meio de padrões de segregação que refletem o acesso diferenciado a recursos, infraestrutura e oportunidades (Santos, 2008). Essa dinâmica se acentua em territórios cuja expansão urbana está diretamente vinculada a grandes empreendimentos econômicos, como ocorre em cidades mineradoras. Em Minaçu, essa relação torna-se evidente a partir da década de 1970, quando a instalação da empresa SAMA S.A., dedicada à extração de amianto crisotila, desencadeou profundas transformações no espaço local (Prefeitura Municipal de Minaçu, 2025). Além disso, o amianto crisotila apresenta riscos significativos à saúde tanto dos trabalhadores diretamente envolvidos na extração e no processamento quanto das pessoas que se expõem à substância, podendo resultar em riscos de adoecimento para essas pessoas (Menezes, 2001; Castro, 2005).

Para compreender a relevância histórica e econômica da atividade mineral brasileira, que é um elemento primordial para analisar a formação urbana de municípios mineradores (como o município de Minaçu), é fundamental considerar como os órgãos oficiais definem o papel estratégico da mineração no desenvolvimento nacional. Considerando isso, a Agência Nacional de Mineração (Brasil, 2005) estabelece que

A mineração é uma das atividades mais antigas da civilização, sendo determinante para a capacidade de desenvolvimento material e humano das sociedades ao longo da história. É estratégico, portanto, que o Estado acompanhe sua evolução econômica. Por isso, a ANM tem como uma de suas atribuições legais produzir conhecimento na área de Economia Mineral – ramo do conhecimento que tem como meta investigar os aspectos econômicos, políticos e regulatórios associados à descoberta, extração, processamento, uso, reaproveitamento e disposição dos recursos minerais.

A presença da mineração funcionou como catalisadora da urbanização, atraindo fluxos migratórios em razão da grande demanda por trabalhadores e promovendo a consolidação de novos núcleos habitacionais. Contudo, esse mesmo processo intensificou as desigualdades e conflitos socioespaciais no território. Assim, Gonçalves e Dumont (2023, p. 14) abordam que “As implicações econômicas revelam que na “Cidade do Amianto”, a minério-dependência é expressão de um desastre contínuo que atinge a saúde de trabalhadores e da sociedade, impacta o ambiente e mantém a população em situação de pobreza e extrema pobreza”.

Os empregos locais formalizados se tornam um fator de dependência, e os trabalhadores convivem com condições precárias, enxergando na mineração uma oportunidade promissora. Nesse sentido, Peters Coelho (2020, p. 256) destaca que “o desejo de empregos na mineração e o receio da



demissão ou do fechamento dos postos de trabalho existentes desmobilizam comunidades que vivem diretamente os danos gerados”. Nessa perspectiva, Montalvão, Moreira e Nunes (2020, p. 383) observam que:

Os impactos da atividade mineradora são distribuídos desigualmente entre os diferentes grupos de interesse. De um lado está a mineradora regida pela lógica do capital, buscando a obtenção do lucro imediato e a geração de riqueza a partir da exploração dos trabalhadores, da apropriação dos diferentes territórios e dos recursos que nele estão. Do outro lado, as camadas mais vulneráveis da população arcam com a maioria dos impactos negativos. Em função dos impactos socioambientais, a atividade mineradora produz graves tensões nos territórios onde se localiza. Tais impactos socioeconômicos provocam a divisão das comunidades, o aumento da insegurança, a especulação imobiliária, a violação dos direitos comunitários e humanos e o tráfico de terras.

A descoberta da jazida de Cana Brava levou à formação de uma vila operária que, posteriormente, se expandiu e deu origem ao município de Minaçu (Barbosa, 2013). A empresa não apenas estruturou a base econômica local, mas também se tornou um marco visível na paisagem urbana, simbolizando sua centralidade na organização territorial. Seguindo esse raciocínio, Barbosa (2013, p. 93), destaca que:

Com a descoberta da mina de Cana Brava, a SAMA constrói a partir de uma vila operária e a seu serviço uma cidade que viria a se emancipar do município de Uruaçu, tornando-se o município goiano de Minaçu. A história do amianto no Brasil passa ter como um de seus cenários essa cidade. Em Minaçu, de qualquer ponto da cidade, pode-se visualizar, na paisagem urbana, a imponência da empresa.

O processo de urbanização de Minaçu, não segue um processo espontâneo ou diversificado, é orientada pela lógica extrativista, que condiciona a distribuição populacional, a implantação de infraestrutura e a própria configuração do espaço urbano. A atividade mineradora torna-se o eixo estruturador do território, influenciando diretamente a geração de empregos, a arrecadação municipal e a provisão de serviços básicos. Nesse sentido, Barbosa (2013, p. 68) ressalta que:

A territorialização da atividade de mineração – principal motivo da fundação do município de Minaçu – é parte deste processo de modernização que significou principalmente “reorganizar” e ocupar o território, dotá-los de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes em estradas e sistemas de comunicação” (Moraes, 2008, p. 96 – 97) [...] neste sentido, pode-se dizer, Minaçu – GO está, de alguma forma, inserido nesse processo pelo fato de abrigar em seu território a mineração de amianto.



Esse cenário se insere no contexto do estado de Goiás, que figura entre os três mais minerados do país (ANM, 2024). Minaçu exemplifica de forma nítida um modelo de urbanização dependente da mineração, no qual o crescimento urbano e econômico está atrelado ao desempenho das atividades extrativas, aspecto esse que influencia na dinâmica urbana e social do município. Nesse sentido, observa-se que a estrutura produtiva local, apresenta fragilidades típicas de economias minério-dependentes, especialmente diante da natureza não renovável dos recursos explorados e dos desafios socioambientais que acompanham a extração intensiva (Milanez, 2021), ocasionando fragilidades estruturais. Sob essa conjuntura, Gonçalves e Dumont (2023, p. 10 -11) inferem que:

Uma das implicações diretas desses fatores de minério-dependência em municípios minerados é a corrosão de alternativas locais capazes de promover a redução de dependência e investir na diversificação econômica. Possibilidades como o turismo de base local e a agricultura familiar com circuitos de comercialização de alimentos em feiras livres, não se desenvolvem e ficam ao largo de políticas públicas.

Diante dessa conjuntura, Milanez (2018) aponta que, sem políticas públicas voltadas à diversificação produtiva, cidades mineradoras tornam-se subordinadas às decisões das corporações, o que compromete sua autonomia e sua estabilidade socioeconômica. Esse processo intensifica os impactos ambientais acumulados ao longo de décadas, gerando o que Gonçalves (2000) denomina de “território fraturado”, marcado por cicatrizes físicas, sociais e econômicas decorrentes da exploração mineral. Assim, Gonçalves (2018, p. 2), explica esse raciocínio da seguinte maneira:

A expansão de grandes empreendimentos extrativistas como a mineração representa a fratura dos territórios e dos corpos dos sujeitos que neles vivem e trabalham. A mineração é uma atividade extrativa que depende da intervenção ambiental em grande escala, pois é estruturada por uma rede de produção que integra mina, barragens de rejeitos, pilhas de estéril, estradas consumo de energia, minerodutos, ferrovias e portos. Caracteriza-se como uma produção em rede que, por consequência, também representa efeitos e conflitos socioambientais em rede.

Nesse sentido, Lefebvre (1976, p. 44 - 45) ressalta que “o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial”, seja, a produção do espaço está correlacionado sistema de produção capitalista. Logo, a produção do espaço urbano de Minaçu está interligada à racionalidade capitalista, que privilegia interesses econômicos em detrimento das dinâmicas sociais e ambientais locais. Como destacam Montalvão, Moreira e Nunes (2020, p. 381):



Os recursos minerais colocam os territórios onde esses estão inseridos na mira das estratégias do mercado mundial, sendo que esses locais contribuem para a compreensão das dinâmicas e dos impactos socioespaciais de sua ocupação. [...] Além de promover um discurso de desenvolvimento econômico, geram ainda mais pobreza, privando a população local das condições materiais e imateriais de reprodução coletiva nos territórios onde vivem e trabalham.

Portanto, compreender a formação urbana de Minaçu, implica em reconhecer como o empreendimento minerário moldou seu território desde as primeiras ocupações, estruturando a economia local, orientando a expansão urbana e condicionando as relações socioespaciais. O caso do município representa um exemplo emblemático da articulação entre mineração, urbanização e desigualdades socioambientais, evidenciando as contradições que marcam os territórios organizados em torno de grandes projetos extrativistas. Essas contradições revelam tanto o potencial dinamizador da mineração quanto suas limitações estruturais, reforçando a importância de políticas voltadas à diversificação econômica, ao planejamento urbano sustentável e à mitigação dos impactos socioambientais acumulados ao longo do tempo.

## IMPACTOS E CONTRADIÇÕES DA MINERAÇÃO EM MINAÇU (GO): DIMENSÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS

A mineração possui um papel central na estruturação territorial, econômica e urbana de Minaçu. Ao longo de décadas, o setor mineral não apenas impulsionou a economia local, mas moldou profundamente a dinâmica demográfica e o ordenamento do território. Entretanto, como argumentam Milanez, Wanderley e Magno (2022, p. 391), “uma das principais tendências territoriais decorrentes da expansão da extração mineral no Brasil é a ampliação dos conflitos socioambientais envolvendo companhias mineradoras e comunidades”. Esse cenário também se aplica ao município de Minaçu, onde o desenvolvimento promovido pela mineração foi acompanhado por um conjunto de impactos negativos que incidiram sobre o ambiente, a sociedade e a economia.

Observa-se que a atividade mineradora é marcada por transformações intensivas na paisagem. Como afirmam Gonçalves e Dumont (2023, p. 1-2):

A produção de um território minerado no norte goiano contribuiu com a expansão do capitalismo extrativo e do processo de inserção de Goiás às redes globais. Contudo, a extração de amianto em grande escala baseada em um modelo mineral



contraditório promoveu transformações irreversíveis na paisagem e no cotidiano social local.

A extração de amianto, deixou marcas profundas, tanto pela alteração do relevo quanto pela contaminação ambiental associada ao ciclo produtivo. Como salienta Milanez (2021, p. 13), “a ausência do controle público sobre as empresas extrativas não seria um problema, uma vez que sistemas voluntários e práticas de responsabilidade social corporativa seriam suficientes para superar conflitos criados por essa atividade”. A reflexão do autor evidencia a fragilidade das políticas públicas de fiscalização que muitas das vezes não garantem a prevenção de danos socioambientais. Sob essa conjuntura, Gonçalves e Dumont (2023, p. 5) destacam que:

Para viabilizar a territorialização e a expansão da produção de amianto em Minaçu, o capital extrativo avançou com novas estruturas técnicas como a construção de hidrelétricas e redes de energia, plantas industriais, abertura de estradas e utilização de maquinários de grande porte e alto consumo de energia e combustível. Isso propiciou o início de megamina a céu aberto e a construção de pilhas de rejeito e estéril. Nesse território minerado, o capital extrativo passou a operar em grande escala e com base em técnicas e tecnologias que transformaram as paisagens e a organização do trabalho local.

No âmbito ambiental, observa-se que os impactos da mineração estão associados à degradação do solo, à poluição do ar e a diversos efeitos sobre a saúde pública. Além desses aspectos, Ribeiro e Mendes (2013, p. 7), salientam que:

A análise do uso futuro da área impactada pela mineração necessariamente obriga a consideração não apenas dos aspectos físicos e bióticos, mas também dos socioeconômicos da região onde se encontra inserida, de forma a levar em conta o bem-estar individual e coletivo daqueles que futuramente serão afetados por este uso.

Estudos clássicos, como os de Menezes (2001) e Castro (2005), demonstram a correlação entre exposição ao amianto e o desenvolvimento de doenças respiratórias graves, reforçando as preocupações já mencionadas anteriormente. Esses riscos, somados ao potencial de contaminação ambiental, ampliam a vulnerabilidade das populações residentes próximas às áreas de mineração. Observa-se no âmbito social e territorial que a mineração exerceu influência na produção do espaço urbano. Como discorre Montalvão; Moreira e Nunes (2020, p. 386) “Os conflitos socioambientais provocados pelas atividades mineradoras estão atrelados ao processo de desterritorialização e aos impactos e risco que essa atividade proporciona”.



A instalação da empresa mineradora atraiu um grande fluxo migratório, resultando em rápida expansão urbana, criação de novos bairros e reconfiguração da estrutura social local. Por essa razão Montalvão; Moreira e Nunes (2020, p. 382) destacam que “A mineração é uma atividade de relevância econômica que, por meio da técnica, modifica consideravelmente o espaço geográfico, alterando a ordem, antes fixada em determinados territórios, e promovendo modificações econômicas, sociais e ambientais”. Segundo Santos (2008), a produção do espaço urbano sob a lógica do capital tende a gerar desigualdades socioespaciais, refletindo a concentração de recursos e oportunidades em determinados setores da cidade. Complementando essa perspectiva, Gonçalves e Dumont (2023, p. 5) descrevem que:

A configuração social e histórica do município de Minaçu está atrelada a uma empresa caracterizada pelo modelo capitalista de produção. O modo como o capital extrativo atua no espaço não favorece a construção de uma sociedade sustentável e saudável. Na realidade, produziu-se um território minerado e uma cidade voltada para o atendimento dos interesses de uma empresa que visa lucrar mediante exploração dos recursos vitais da natureza e do trabalho.

Diante desses processos de segregação e transformação territorial que emergem diversas formas de resistência. Como ressaltam Gonçalves, Gomide e Marques (2020, p. 366), “[...] experiências de articulações e resistências em diferentes escalas surgiram e passaram a protagonizar a luta e o debate sobre a questão mineral no Brasil”. Observa-se tal fenômeno em Minaçu, onde a urbanização acelerada intensificou os contrastes entre áreas centrais e periféricas. Nesse contexto relacionado aos impactos da mineração e resistência, esses autores mencionam:

[...] resistências se consolidam em escala local, regional e internacional para defesa das diversidades culturais e territoriais, direitos humanos, trabalho e vida dignos em regiões mineradas. Além disso, no debate sobre a questão mineral brasileira, pesquisadores, movimentos populares e redes de contestação explicitam que as resistências suplantam a escala local não só por uma estratégica política, mas também geográfica. Os impactos da mineração não reduzem às cavas e seus entornos. As minas são parte de redes extrativas que incluem barragens, pilhas de estéril, ferrovias, minerodutos, siderúrgicas, rodovias e portos. Por isso, as formas de lutas, resistências e enfrentamentos políticos que pautam a mineração e suas implicações ambientais são amplas e diversificadas.

Por esse motivo, emergem também conflitos socioambientais que, segundo Acselrad (2004), relaciona-se através de disputas em torno do acesso, uso e proteção do território. Em Minaçu, tais disputas expressam tensões entre diferentes modelos de desenvolvimento: de um lado, o predomínio



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

histórico de uma economia extrativista; de outro, a necessidade crescente de transição para atividades sustentáveis e menos dependentes da mineração. Esses conflitos destacam contradições entre o crescimento econômico e a justiça ambiental. Nesse sentido, Milanez, Wanderley e Magno (2022, p. 395-396) salientam que:

Essas atividades de extração mineral estão causando destruições sociais e ambientais descontroladas – desmatamento, poluição dos rios, violência e danos sobre grupos rurais, majoritariamente tradicionais. Entretanto, os grandes beneficiados são os empresários e investidores do garimpo, que têm auferido altos lucros, em especial no contexto de valorização dos preços internacionais. Esta atividade transita entre o ilegal e o irregular e, de maneira preocupante, está assumido um caráter ainda mais perverso, uma vez que muitos projetos estão ligados ao controle territorial por meio da violência armada financiada e operada por grupos empresariais criminosos, de caráter miliciano.

Dessa maneira, os impactos ambientais, sociais e econômicos da mineração em Minaçu constituem elementos estruturantes que explicam não apenas a formação da cidade, mas também suas contradições atuais. A urbanização acelerada, a dependência econômica do setor extrativo, a fragmentação socioespacial e o acúmulo de passivos ambientais revelam que a lógica mineradora moldou o território. Compreender esse processo é fundamental para subsidiar propostas de desenvolvimento sustentável que considerem tanto a herança mineral quanto a necessidade de um novo modelo de ocupação e de gestão territorial.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, analítico e exploratório, direcionada à compreensão das interações entre mineração, urbanização e transformações socioambientais no município de Minaçu (GO). Optou-se por uma perspectiva qualitativa por permitir interpretar fenômenos complexos que envolvem relações territoriais historicamente construídas, impactos ambientais cumulativos e processos sociais que ultrapassam a dimensão meramente quantitativa dos dados disponíveis. Buscou-se integrar diferentes fontes e procedimentos metodológicos capazes de revelar a profundidade das mudanças provocadas pela atividade mineradora no território do município.

O primeiro eixo metodológico consistiu em uma revisão bibliográfica, contemplando autores que discutem temas fundamentais para a análise proposta, como a produção do espaço urbano, a



formação de cidades mineradoras, a lógica do extrativismo e os conflitos socioambientais decorrentes de grandes empreendimentos. Autores como Santos (2008), Lefebvre (2008), Acsegrad (2004), Milanez (2018, 2021), Barbosa (2013), Gonçalves (2018, 2020, 2023), entre outros, forneceram as bases conceituais para compreender a urbanização brasileira, os mecanismos de produção desigual do espaço e os efeitos estruturais da mineração sobre o território. Essa revisão incluiu livros, artigos científicos, teses e dissertações, além de estudos específicos sobre Minaçu e sobre o uso do amianto no Brasil, fornecendo um panorama teórico consistente para interpretar as transformações urbanas ocorridas ao longo do tempo.

Em paralelo à revisão teórica, foi realizada uma análise documental abrangente, pautada na coleta de informações em bases oficiais e institucionais. Foram consultados relatórios da Agência Nacional de Mineração (ANM), dados demográficos, econômicos e territoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), documentos do Ministério do Meio Ambiente, legislações municipais e relatórios técnicos disponibilizados pela empresa SAMA S.A. Mineração de Amianto. Esses documentos possibilitaram reconstruir a trajetória da atividade mineradora, compreender sua centralidade na economia local, identificar tendências demográficas e registrar os principais impactos socioambientais associados ao ciclo do amianto. A análise documental também foi fundamental para identificar o processo de expansão urbana, o surgimento de novos bairros e a evolução da infraestrutura pública em função da mineração, elementos que compõem o pano de fundo da urbanização de Minaçu.

Todos os dados coletados foram analisados a partir de um processo de interpretação crítica que articulou as informações empíricas com as categorias teóricas discutidas ao longo do estudo. Essa integração permitiu compreender o papel da mineração na formação urbana de Minaçu, evidenciar a dependência econômica gerada pela atividade extrativa, analisar os impactos ambientais e de saúde associados ao amianto e identificar as contradições entre crescimento econômico de curto prazo e vulnerabilidade socioambiental de longo prazo. Por meio dessa abordagem analítica, foi possível evidenciar que a urbanização do município está diretamente ligada ao modelo de exploração mineral, que estruturou o território tanto do ponto de vista físico quanto socioeconômico, mas também produziu fragilidades que se intensificaram com o declínio da mineração.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**



Os resultados obtidos ao longo da pesquisa permitem compreender que as transformações socioespaciais de Minaçu não podem ser analisadas de forma dissociada da trajetória da mineração no município. O processo de urbanização foi estruturado pela implantação da SAMA S.A., que se tornou o principal agente modelador do território, influenciando a organização do espaço urbano, a composição demográfica e a dinâmica socioeconômica local. A cidade constituiu-se, como um território marcado pela lógica extrativista, característica recorrente em municípios dependentes da exploração mineral (Milanez, 2021).

Os dados analisados mostram que a expansão urbana de Minaçu, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, ocorreu de forma acelerada, sem planejamento e fortemente vinculada aos interesses e ritmos da empresa mineradora. A atração de trabalhadores de várias regiões do país promoveu crescimento demográfico súbito e a consolidação de novos bairros, frequentemente implantados com infraestrutura precária. Essa dinâmica confirma a interpretação de Santos (2008) sobre a tendência de produção desigual do espaço urbano nas cidades brasileiras, agravada aqui pela natureza concentradora da atividade extrativa.

A análise documental e bibliográfica evidencia que a urbanização de Minaçu reproduziu padrões clássicos de segregação socioespacial. Esse quadro reforça a noção de que a mineração, embora capaz de impulsionar o desenvolvimento local, também aprofunda desigualdades socioeconômicas e produz um espaço urbano fragmentado (Acselrad, 2004). Os conflitos socioambientais se expressam principalmente pela tensão entre a manutenção de um modelo de desenvolvimento dependente da mineração e a busca crescente por alternativas sustentáveis e por reconhecimento dos direitos territoriais e ambientais das comunidades locais. Esse processo de contestação é reforçado nas análises de Gonçalves, Gomide e Marques (2020), ao afirmarem que diferentes formas de resistência têm ganhado relevância na disputa por novos modelos de desenvolvimento em regiões que são mineradas.

Os resultados mostram que Minaçu consolidou-se como município minério-dependente. A falta de diversificação produtiva tornou a cidade extremamente vulnerável às oscilações da atividade mineradora. Com a retração da produção e o fechamento progressivo das frentes de trabalho, os indicadores revelam queda do emprego formal, evasão populacional e redução das receitas municipais. Milanez (2018) denomina "circuito de dependência extrativa", no qual as cidades ficam subordinadas aos ciclos de expansão e retração impostos pelas empresas mineradoras, gerando instabilidade e insegurança socioeconômica.



Portanto, ao integrar os dados empíricos com as referências teóricas, percebe-se que Minaçu constitui um exemplo emblemático das contradições que caracterizam cidades mineradoras no Brasil. O crescimento rápido e concentrado, seguido por estagnação; dinamização econômica inicial, seguida por vulnerabilidade estrutural; urbanização acelerada, seguida por desigualdades socioespaciais. Desse modo, os resultados desta pesquisa mostram que a mineração exerceu forte influência no planejamento urbano e que os efeitos desse modelo se manifestam simultaneamente na degradação ambiental, na deterioração das condições socioeconômicas e na perpetuação da segregação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a formação urbana e as transformações socioambientais de Minaçu estão entrelaçadas com a trajetória da atividade mineradora, estruturada sob a lógica extrativista. O município foi constituído a partir de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração de recursos naturais que, embora tenha impulsionado a economia e promovido uma significativa expansão urbana, deixou como legado um conjunto complexo de desafios sociais, econômicos e ambientais.

Os resultados demonstram que a dependência econômica em relação ao amianto crisotila comprometeu a diversificação produtiva do município, tornando-o especialmente suscetível ao declínio da atividade mineradora. Como consequência, Minaçu enfrentara um cenário de enfraquecimento econômico, redução de empregos, diminuição das receitas municipais e intensificação das desigualdades socioespaciais. Esse panorama confirma a necessidade de reavaliar os modelos de desenvolvimento baseados em economias não renováveis e de promover estratégias de transição justa e sustentável.

O estudo reforça a urgência de medidas voltadas à reparação dos impactos ao longo de décadas de exploração mineral. Tais medidas incluem a recuperação ambiental das áreas degradadas, a implementação de políticas de vigilância em saúde para populações expostas ao amianto e a criação de mecanismos de fiscalização eficazes para garantir que empresas responsáveis cumpram suas obrigações legais. As reflexões apresentadas confirmam que as experiências vivenciadas pelo município de Minaçu é um exemplo para compreender as contradições dos territórios extrativistas no Brasil. É essencial avançar para políticas públicas integradas que articulem planejamento urbano participativo, diversificação econômica e proteção ambiental.



Dessa forma, este estudo abre caminhos para pesquisas futuras que investiguem a fase pós-exploração em cidades mineradoras, buscando compreender como esses territórios podem construir alternativas socioeconômicas que superem a dependência do extrativismo. Portanto, análises comparativas entre municípios minerados de pequeno e médio porte podem contribuir para a redução de vulnerabilidades, formulação de políticas de desenvolvimento territorial sustentáveis, capazes de promover justiça social e ambiental, fortalecendo o ordenamento urbano.

**Palavras-chave:** Urbanização; Mineração, Território, Conflitos Socioambientais, Amianto.

## REFERÊNCIAS

- ACSERALD, Henri. **Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004. Disponível em: <https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Conflitos-Ambientais-no-Brasil-Acserald-Henri.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.
- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Dados de arrecadação da CFEM**, 2024. Disponível em: <https://www.anm.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- BARBOSA, Fábio de Macedo Tristão. **Imperialismo e produção do espaço urbano: a indústria do amianto e a construção da cidade de Minaçu-GO**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2013.
- BRASIL. Agência Nacional de Mineração. **Economia Mineral**. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- CASTRO, Hermano Albuquerque, et al. A vigilância ambiental em saúde de populações expostas ao amianto no Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 13, N.1, p. 195-208, 2005.
- GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. Capitaloceno e a fratura da natureza: mineração em grande escala e as barragens de rejeitos em Goiás, Brasil. Territorial – **Caderno Eletrônico de Texto**, Goiânia, v. 9, n. 11, 2018.
- GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; GOMIDE, Carolina Siqueira; MARQUES, Eulina. Mineração em Goiás: conflitos e resistências. In: ALVES, Murilo da Silva; CARNEIRO, Karine Gonçalves; SOUZA, Tatiana Ribeiro de; TROCATE, Charles; ZONTA, Marcio (Org.). **Mineração: realidade e resistências**. São Paulo: Expressão Popular, p. 381-410, 2020.
- GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. Mineração e fratura territorial do Cerrado. **Élisée**, v.9, n.2, p.1-25, 2020.
- GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; DUMONT, Marcelo Augusto. A mineração de amianto e o desastre permanente da minério-dependência em Minaçu, Goiás, Brasil. **Élisée – Revista de Geografia da UEG**, Anápolis, v. 12, n. 1, p. 1-20, 2023.



IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **IBGE Cidades: Minaçu.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/minacu.html>. Acesso em: 24 nov. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins.

MENEZES, Marco Antônio Carneiro. **Avaliação do risco na utilização do amianto na indústria têxtil e no processo de remoção.** Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública), ENSP/ FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2001.

MILANEZ, Bruno. et al. **Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado.** In: RIGOTTO, R. M. et al. *Tramas para a Justiça Ambiental.* Fortaleza: UFC, p. 19–57, 2018.

MILANEZ, Bruno. Economias extrativas e desenvolvimento: contradições e desafios. **GEOgraphia**, Niterói, v. 23, n. 51, 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/wp-content/uploads/sites/513/2014/07/Milanez-2021-Economias-extrativas.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim; MAGNO, Lucas. Mineração e políticas públicas: conflitos, retrocessos e propostas para um outro modelo mineral. **Revista da ANPEGE**, out. 2022.

MONTALVÃO, Pablo Henrique da Silva; MOREIRA, Poliana Machado da Silva; NUNES, Rafael Augusto. O processo de territorialização da mineração no estado da Bahia: conflitos e resistências em defesa do território. In: ALVES, Murilo da Silva; CARNEIRO, Karine Gonçalves; SOUZA, Tatiana Ribeiro de; TROCATE, Charles; ZONTA, Marcio (Org.). **Mineração: realidade e resistências.** São Paulo: Expressão Popular, p. 381-410, 2020.

PETERS COELHO, Tádzio. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n.41, p. 252-267, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAÇU. **História do município.** Disponível em: <https://minacu.go.gov.br/sobre-a-cidade/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

RIBEIRO, José Cláudio Junqueira; MENDES, Samuel. Felisbino. **A participação no fechamento de mina no direito comparado.** *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 10, n. 20, p. 23-54, 2013. Disponível em <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/137/116>. Acesso em: 25 nov. 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5. Ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Levi Manoel dos. **Novos projetos de mineração na nova configuração do poder do século XXI: as novas características da mineração transnacional sobre território do matopiba e a sua dominação ecológica.** 2022. 104f. TTC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2023.